

# “Alarmados os Cafeicultores com os Aspectos Sombrios da Atual Conjuntura Cafeeira”

EM CARTA ENVIADA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, RECLAMA A ENTIDADE A EXECUÇÃO IMEDIATA DAS SEGUINTE MEDIDAS: MANUTENÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA DOS PREÇOS INTERNOS — OPOSIÇÃO ABSOLUTA À IDÉIA DA QUOTA DE SACRIFÍCIO — FIXAÇÃO DE PREÇO PARA A SAFRA 58/59,

NO NÍVEL ESTABELECIDO PARA A SAFRA 57/58

— ÍNTEGRA DA IMPORTANTE MISSIVA

•Senhor Presidente da República

A Sociedade Rural Brasileira, entidade de classe que congrega em seu quadro social lavradores de vários Estados da Federação, vem à presença de V. Excia., com a autoridade que lhe confere sua tradição de quase meio século de serviços prestados à agricultura nacional, manifestar a grande inquietação reinante no seio da cafeicultura, justamente alarmada com os aspectos sombrios da atual conjuntura cafeeira.

Em síntese, podemos apreciar o problema do café sob dois aspectos: o interno, que diz respeito à normalidade, de nosso desenvolvimento, e o externo que envolve problemas de industrialização, receita cambial e concorrência externa.

No plano interno, como vista panorâmica, podemos dividir a lavoura cafeeira do Brasil em dois grandes grupos: lavouras das terras velhas, com plantas já decrépitas de baixa produtividade, mas fundadas em propriedades já instaladas e lavouras novas de alta produtividade em zonas ainda em processo de instalação. Por aí se vê que a rentabilidade da empresa é precária em ambas as situações. Não suportaria em qualquer dos casos uma substancial queda de preços em cruzeiros.

No plano externo, estamos criando há muitos anos condições favoráveis de concorrência aos nossos competidores. Chegamos a atingir cerca de 70% do suprimento mundial de café e hoje estamos reduzidos a 40%. Em nome de uma maior receita cambial, que possibilitasse uma mais rápida industrialização do País, vimos insistindo em manter preços externos tão altos que permitem o desenvolvimento de culturas concorrentes em outros países da América Latina e da África e nos obriga a uma permanente e progressiva renúncia no abastecimento do mercado mundial.

Como nossa opinião, sugerimos a manutenção dos preços internos de forma a não provocar convulsões sociais, (somente em São Paulo deverão ser cortados 600 milhões de cafeeiros, deixando sem ocupação de um milhão de pessoas) e a permitir com prazo razoável a adaptação de novas atividades agrícolas ou a renovação das lavouras.

No plano exterior, recomendamos uma política de baixa do preço ouro, de forma a eliminar a África do mercado norte-americano e a manter acordo com os países produtores da América Latina com o objetivo de conter as suas produções nos limites atuais e a obter em favor do Brasil todo o aumento de consumo que se verificar, até que tenhamos atingido a percentagem de suprimento que já destruímos no passado.

Para competição com os cafés africanos possuimos produção e estoque de cafés de segunda qualidade, e a justificativa moral do tratamento preferencial que a África recebe das metrópoles européias em nosso prejuízo.

Para efeito de nossa política cambial, deveria o governo buscar outros recursos, no desenvolvimento de outras atividades que pudessem produzir ou poupar divisas, de forma a evitar para o café e o cacáu o mesmo melancólico destino que já demos à borracha da Amazônia.

A lavoura reconhece a necessidade de nossa industrialização e aplaude todas as medidas que possam estimular as indústrias de base: ferro, petróleo, metais leves, etc. Não suportará, entretanto, a violência de um tratamento cambial que a está conduzindo à ruína e permitindo a expansão dos nossos competidores numa cultura centenária como o café e para a qual dispomos de excepcionais condições de clima e solo.

Vimos perdendo terreno no exterior e, ao mesmo tempo, produzimos café apenas a custa da exaustão rápida de novas terras virgens, descendo perigosamente para o sul. É uma política suicida a que estamos praticando. Impõe-se, pois, a execução de uma política cafeeira de **longo alcance** e, ao mesmo tempo **medidas imediatas** devem ser tomadas para a defesa do café da próxima safra.

No que diz respeito ao primeiro caso, a Junta Administrativa, órgão supremo da direção do I.B.C., onde representados a lavoura, o comércio e os governos dos Estados Cafeeiros, recomendou em resolução encaminhada ao Governo, em outubro de 1957, a adoção das medidas que se faziam necessárias ao estabelecimento, no País, de uma Política Cafeeira a Longo Prazo, para a qual pedimos a devida atenção das autoridades responsáveis.

Quanto ao segundo caso, ou seja no que tange a uma política cafeeira a curto prazo, os fatos sumariamente estão a indicar a necessidade urgente do Governo reexaminar sua atitude quanto à economia cafeeira, modificando-a, desde logo, no sentido de assegurar ao produtor um preço em cruzeiros, que lhe permita dar o devido trato e proteção às lavouras e aperfeiçoar as qualidades do produto, além de facilitar, barateando, a aquisição de todas as utilidades necessárias ao seu trabalho.

Concluindo, julga a Sociedade Rural Brasileira bem interpretar o ponto de vista da cafeicultura nacional, defendendo perante Vossa Excelência a execução imediata das seguintes medidas: